

**A inclusão como ato político no Ensino Médio: resistências na Educação Física escolar dos Institutos Federais**

*Inclusion as a political act in High School: resistance in school Physical Education at Federal Institutes*

Luan Gonçalves Jucá  
**Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)**  
Pernambuco-Brasil

Daniel Teixeira Maldonado  
**Instituto Federal de São Paulo (IFSP)**  
São Paulo-Brasil

**Resumo**

O objetivo deste estudo foi compreender a influência da reforma do Ensino Médio (EM) nas aulas de Educação Física nos Institutos Federais (IFs) de diferentes regiões brasileiras e impactos à inclusão nesses espaços. Trata-se de pesquisa exploratória e descritiva. O instrumento utilizado para a produção das informações foi a entrevista semiestruturada, com 11 docentes de Educação Física que lecionam em escolas federais. O material empírico foi submetido a análise temática. Os resultados foram discutidos em duas categorias que abordaram os efeitos da reforma e o a resistência dos professores e professoras.

**Palavras-chave:** Educação profissional; educação física escolar; ensino médio.

**Abstract**

The aim of this study was to understand the influence of the High School reform on Physical Education classes at Federal Institutes in different Brazilian regions and impacts on inclusion in these spaces. This is an exploratory and descriptive research. The instrument used to produce the information was semi-structured interview, carried out with 11 Physical Education teachers who teach in federal schools. The empirical material was subjected to thematic analysis. The results were discussed in two thematic categories that dealt with the effects of the school education reform and teachers' resistance.

**Keywords:** Professional education; school physical education; high school.

## ***A inclusão como um ato político no Ensino Médio: resistências na Educação Física escolar dos Institutos Federais***

### **1. Introdução**

Nos quatro anos que antecederam esta pesquisa, percebemos muitos ataques à democracia e desmontes no cenário educacional brasileiro, desde o congelamento dos “gastos” com saúde e educação, reforma do “Novo EM”, por medida provisória e sem participação popular, até a consumação de documentos orientadores nas redes de ensino com perspectivas neoliberais, propondo retirar alguns componentes obrigatórios do currículo da Educação Básica nesse ciclo de escolarização.

Em muitos casos, essas reformas mascaram as intenções políticas relacionadas com os sujeitos e as identidades que pretendem formar. Essas ações impactam diretamente nos conhecimentos e materiais didáticos presentes nos espaços escolares, na formação inicial e continuada de professores(as), na construção coletiva do trabalho entre os(as) docentes, bem como na organização das direções escolares e dos serviços de inspeções educativas (Santomé, 2013).

Nesse movimento, a literatura científica educacional enfatizou e problematizou essa realidade em diversos dossiês e publicações (Jucá; Maldonado; Barreto, 2023). Verificamos ampla denúncia sobre como essas políticas se coadunam com os interesses neoliberais, formando jovens com identidades acríticas e submissas aos regimes educacionais conservadores (Corrêa; Thiesen; Hentz, 2022).

Dentre as principais mudanças do “Novo EM” (Lei.13.415/2017), destacam-se a “flexibilidade” do currículo em que os(as) estudantes teriam 60% de disciplinas obrigatórias e 40% de optativas, “escolhidas”, conforme a área em que o(a) adolescente gostaria de se especializar.

Nesse interim, componentes curriculares como Educação Física (EF), Arte, Filosofia e Sociologia ficam, em muitos contextos educativos, na carga horária optativa que o(a) estudante precisa cumprir (Sá, 2019), mantendo-se obrigatórias somente Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa. Assim, a EF, caracterizada como estudos e práticas, passa a ser oferecida segundo itinerários formativos ou disciplinas eletivas.

Nesse cenário, importa compreender como a EF está sendo consolidada no Ensino Médio Integrado (EMI) nas escolas federais, buscando analisar se essas reformas impactaram ou mudaram a organização desse componente nos currículos dos IFs. Então nos perguntamos

como essas instituições têm se posicionado frente ao modelo de política educacional vigente e como isso pode impactar no processo inclusivo estabelecido na criação dessa rede ensino.

Assim, o objetivo do presente estudo foi compreender a influência da reforma do EM nas aulas de EF nos IFs de diferentes regiões brasileiras e impactos à inclusão nesses espaços.

## **2. Metodologia**

Trata-se de pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. Esse tipo de investigação considera que o conhecimento é produzido relacionando campo, pesquisador(a), participantes e objeto de estudo (Freitas; Aguiar, 2021). Esse trabalho é fruto de dissertação que propõe apresentar perspectiva de inclusão ampliada para a Educação Física escolar.

O instrumento utilizado para produzir informações foi a entrevista semiestruturada, realizada de outubro de 2022 a fevereiro de 2023. Foram entrevistados 11 professores e professoras de EF dos IFs de diferentes localidades, três do Centro-oeste e dois de cada uma das demais Regiões. Utilizamos a amostra típica intencional para selecionar os(as) docentes (Flick, 2004).

Foram critérios de inclusão para selecionar professores(as): (a) ter produção bibliográfica relacionada à inclusão segundo perspectiva crítica; (b) possuir vínculo efetivo com a instituição de ensino. Critérios de exclusão foram: (a) não ter experiência mínima de três anos de atuação na função; (b) não lecionar em turmas do EM.

Esta investigação se amparou nas definições de análise temática de Braun e Clarke (2006), possibilitando encontrar padrões repetitivos de significados em conjunto de materiais, originários de entrevistas, grupos focais ou outra fonte de informações, gerando constante reflexão crítica.

Para não expor o nome dos(das) participantes da pesquisa, utilizamos as representações P1, P2, P3, ... O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) sob o número 5.639.757.

## **3. Efeitos da reforma do EM nas aulas de EF nos IFs**

Pouco mais de seis anos depois da reforma do EM introduzida pela Lei 13.415/2017, vivemos retorno e reestruturação dos princípios democráticos no Brasil. Após muita pressão advinda de setores estudantis, sindicatos, professores(as), gestores(as) e estudantes de instituições públicas, este documento atravessa reformulações.

Percebemos, em contexto da pesquisa, que nos IFs o novo EM não se consolidou e a

## ***A inclusão como um ato político no Ensino Médio: resistências na Educação Física escolar dos Institutos Federais***

EF continuou componente curricular obrigatório da parte comum da matriz curricular dos(das) jovens. Todavia, tentativas de implementação da reforma evidenciaram-se no relato de alguns(mas) professores(as), como observado nas falas de P7, do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), e P9, do Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT):

*Houve uma tentativa da pró-reitoria de ensino de fazer uma alteração curricular, e essa alteração implicava na diminuição das aulas de EF, Inglês, Espanhol, e a gente ficou sabendo disso. Nós nos articulamos prontamente e escrevemos uma carta de repúdio, o grupo da EF. Isso estava só no plano, ainda era uma comissão que estava estudando a possibilidade de mudança curricular, mas nós já marcamos nossa posição (P7).*

*Nós tivemos, agora, a briga por carga horária de disciplina por conta da reformulação do PPC, teve um momento que a EF estava perdendo aula e nós temos duas aulas de EF para todo o EM, para todos os anos. E chegou o momento que estavam tirando aula e quando nós ficamos sabendo desse movimento a gente conseguiu reunir todos os professores e brigar juntos (P9).*

Salientamos que essa tentativa de redução das aulas de alguns componentes curriculares não é casual, pois as redes de ensino são submetidas a avaliações internacionais visando unicamente a saberes instrumentais. Em tal conjuntura, conhecimentos de componentes curriculares como Sociologia, Filosofia, Arte e EF são invisibilizados e invalidados na lógica empresarial (Maldonado et al., 2022). Isso posto, por vezes, tentam suprimi-los ou apagá-los dos currículos escolares.

Apesar de os(as) docentes não identificarem adesão completa à reforma do novo EM pelos IFs, percebemos aproximações quanto à organização do ensino, pois o atual documento que normatiza essa etapa da Educação Básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), destitui a EF enquanto componente curricular obrigatório, que passa a ser acessado a partir dos interesses dos(das) estudantes, segundo itinerários formativos ou disciplinas eletivas ofertadas pela escola (Beltrão; Teixeira; Taffarel, 2020; Moura; Benachio, 2021).

Jucá, Maldonado e Barreto (2023) apontaram redução considerável do número de aulas de EF ao analisarem as matrizes curriculares do EM em 13 redes estaduais. Evidenciaram também o componente curricular antes obrigatório em todas as etapas da Educação Básica (Brasil, 1996) ser ceifado em alguns anos do novo EM.

Assim, percebemos muitos prejuízos à formação dos(das) jovens, como diminuição do alcance aos conhecimentos históricos, culturais, políticos, econômicos, biológicos e fisiológicos que envolvem as práticas corporais, dificultando o trabalho interseccional com

temas ao modo de oferta de políticas públicas, combate ao racismo, sexismo, homofobia, machismo e a discriminação no esporte; discursos que pregam a saúde sob perspectiva individualista e tantas outras discussões que permeiam danças, ginásticas, lutas, esportes, jogos e brincadeiras (Jucá; Maldonado; Barreto, 2023).

Maldonado, Velloso e Freire (2022) apontam que os(as) professores(as) de EF que lecionam no EMI estão sofrendo ataques dessas políticas neoliberais que tentam controlar suas práticas pedagógicas nesses espaços, influenciando negativamente os avanços político-pedagógicos desse componente curricular nos IFs.

Quanto aos achados da presente pesquisa, observamos que, mesmo com a permanência da EF nos IFs, reduziram-se aulas desse componente curricular em alguns estados brasileiros, pois a diminuição da carga horária obrigatória do currículo dessa etapa da Educação Básica provocou um tensionamento para manter o espaço das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática em detrimento de outras. Gariglio, Almeida Junior e Oliveira (2017) destacam hierarquização de saberes na escola, prevalecendo os conhecimentos citados.

Santomé (2013) afirma que essa estratégia de hierarquização busca convencer as classes dirigentes a conscientizarem os(as) estudantes de que o espaço escolar é ambiente de competição para ingresso no mercado de trabalho, reorganizando conteúdos e tarefas escolares, reduzindo os conhecimentos advindos das ciências sociais e humanas.

Identificamos redução progressiva do quantitativo de aulas de EF com o passar dos anos, sendo que no terceiro ano do EM apenas uma aula semanal desse componente curricular passou a ser ofertada em alguns IFs. Outro destaque foi ausência ou quantidade mínima de aulas da disciplina na Educação de Jovens e Adultos. Destacamos as falas das educadoras P2 do IFMT e P8 do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS):

*Aqui é o cenário mais desafiador do ponto de vista do tempo, porque o tempo interfere no nosso planejamento, interfere nessa dimensão de conteúdo, de atacar o conteúdo de todas as formas. Eu não tenho tempo que eu preciso para fazer todas essas reflexões. É como se eu cortasse metade do meu planejamento (P2).*

*O que eu observei é que não tem duas aulas de EF no 5º semestre, isso já estava assim quando eu ingressei. Eu ainda não participei da reestruturação de nenhum PPC. Eu vi que não tem EF no 6º período, entendo que teria que ter no mínimo duas aulas em todos os períodos do primeiro ao sexto. [...] observei que não tem EF no PROEJA, que é a educação dos Jovens e Adultos. A pessoa pode optar em não fazer, mas a gente teria que oferecer (P8).*

## ***A inclusão como um ato político no Ensino Médio: resistências na Educação Física escolar dos Institutos Federais***

Outra questão trazida pelos(as) docentes entrevistados(as) foi algumas instituições estabelecendo os livros didáticos produzidos no último Plano Nacional dos Livros Didáticos (PNLD), necessitando de olhar crítico dos(das) educadores(as) frente aos conhecimentos que disseminados por esses materiais, pois essas propostas surgem em meio à reforma do EM, reforçando suas bases políticas e pedagógicas. Considerando a crescente ampliação das reformas neoliberais, esses materiais podem favorecer a perpetuação de conhecimentos hegemônicos e a produção de identidade acríticas nos(nas) jovens.

Santomé (2013) afirma ser necessário cautela na utilização do livro didático, pois os conhecimentos trazidos geralmente referem monocultura representando concepções machistas, patriarcais e preconceituosas. Assim, desconsideram temas como precarização do trabalho, desemprego e pobreza da maioria da população, subalternização das mulheres, desatenção às pessoas com deficiência, idosos, gays, lésbicas e transsexuais, somada à negação dos conhecimentos das diferentes culturas étnico-raciais.

Ao analisar o espaço que a EF recebeu na construção de matriz curricular de referência para implementação do PNLD no EM no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Martins, Farias e Abreu (2022) identificaram a invisibilidade, subordinação e secundarizarão dos saberes produzidos pelo componente na área de Linguagens.

Explorando com maior profundidade as entrevistas, ainda notamos conflitos entre os componentes curriculares no núcleo comum, mas principalmente com as disciplinas técnicas. Alguns(mas) professores(as) destacaram pressão dos(das) docentes na área de formação profissional nos IFs pela ampliação da carga horária dos saberes estritamente profissionais, em detrimento dos componentes da formação geral, provocando tensionamento para retirada e diminuição das aulas de EF, como afirma P3 do IFSP:

*Em outros contextos a gente vê uma EF que está lutando para ganhar seu espaço em relação às outras disciplinas da Educação Básica. Inclusive com Artes, disputando dança, quem é responsável por trabalhar dança, esse conteúdo é da Arte, não, é da EF, fica esse cabo de guerra. As duas mais marginalizadas brigando e as outras que acabam predominando. Mas a experiência aqui foi outra, talvez até uma situação particular dos cursos integrados de termos uma certa polarização entre disciplinas de Educação Básica e as disciplinas da área técnica. E um ataque que estava vindo para todas da Educação Básica, praticamente quase todas. E o que deu certo nesse caso foi uma união de forças entre as disciplinas da Educação Básica para (...) que não houvesse corte em nenhuma área (P3).*

Assim, percebemos o currículo produzido nos IFs como espaço de disputas (Arroyo, 2013), em que cada área (formação geral e profissional) idealiza um modelo curricular e estabelece o tipo de sujeitos que pretendem formar para atuar na sociedade, inviabilizando a proposta de integração curricular e de trabalho como princípio educativo idealizada pelos proponentes dessas instituições federais (Bagnara; Boscato, 2022a). A proposta do EMI deve visar à formação politécnica e omnilateral dos(das) estudantes, não instrumental com o ensino de técnicas especializadas para inseri-los(as) no mercado de trabalho (Frigotto; Ciavatta, 2011).

Quanto à resistência contra essas políticas, notamos pela fala de alguns(mas) professores(as) que as decisões são tomadas por um coletivo, por pessoas no poder, engajadas politicamente. Maldonado (2023) ressalta a necessidade da aproximação com a política institucional para que eles e elas ganhem força nesses espaços e lutem pela manutenção da EF no currículo obrigatório, como observamos na fala de P7 do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG):

*Quando a gente sente que está sendo vítima de alguma discriminação em relação aos demais componentes curriculares, a gente não se cala, estamos sempre dando grito, brigando e conversando. Eu acredito assim que a gente tem um respaldo, um apoio e respeito, mas também porque a gente está o tempo todo vigilante e atuante para não deixar passar nada (P7).*

Portanto, efetivar escola inclusiva e democrática, considerando os saberes historicamente produzidos sobre as práticas corporais, requer EF no EM. Percebemos que aos poucos algumas direções de ensino dos IFs tentaram aproximar políticas conservadoras dos interesses institucionais, hierarquizando saberes e pressionando os(as) professores(as) pela efetivação das políticas educativas neoliberais vigentes em solo brasileiro. Todavia, essa difícil realidade provocou movimentos de resistência dos(das) educadores(as) nesses espaços e a luta coletiva pelo não apagamento desse componente curricular.

#### **4. Por uma escola inclusiva e democrática como ato político: consolidação de uma EF crítica na contramão das reformas neoliberais**

Quando algum campus dos IFs consolida a diminuição da carga horária da EF, a partir de justificativas espúrias e sem base pedagógica, os(as) docentes do componente resistem e não aceitam se tornar meros(as) treinadores(as) de modalidades esportivas realizadas em detrimento das aulas obrigatórias.

Destacamos o trabalho de P4 no IFCE que, ao chegar a seu campus de atuação, depara

## ***A inclusão como um ato político no Ensino Médio: resistências na Educação Física escolar dos Institutos Federais***

com currículo extremamente esportivista. Apesar da diversificação das modalidades esportivas, os(as) educandos(as) escolheriam uma única prática, permanecendo nela durante todo seu EM. O objetivo era trabalhar os temas da cultura corporal sob três eixos: iniciação, aperfeiçoamento e treinamento.

*Nessas linguagens não havia aula de uma prática problematizadora, dos espaços de debates sobre temas geradores, determinantes sociais, gênero e sexualidade no esporte. Não tinha, nesse currículo não existia isso. Mas eu fui produzindo, ainda que não tivesse incluído no próprio programa de unidade didática. Eu não fui me reconhecendo nesse lugar. Não era essa prática que eu acreditava. E comecei a resistir a esse currículo como uma forma de autonomização docente (P4).*

Sob essa conjuntura, a educadora buscava alterar a configuração do atual currículo e descaracterizá-lo de uma visão unicamente esportiva. Com apoio dos(das) demais professores(as) com características progressistas, vindos(as) de outra instituição, iniciaram diálogos, debates e discussões, conseguindo alterações importantes, entre elas a diversificação das unidades temáticas em que os(as) educandos(as) deveriam experienciar ao longo da etapa do EM, não podendo permanecer em única modalidade durante todo o período escolar.

O coletivo de professores(as) também conseguiu subverter a organização do ensino, e os aspectos de iniciação, aperfeiçoamento e treinamento passaram a ser desenvolvidos em projetos de extensão na própria instituição, não durante as aulas desse componente curricular. A professora destaca que “não é ainda o currículo que a gente deseja, com uma perspectiva que tem uma definição política, numa totalidade progressista, crítica, com referenciais decoloniais, mas esse grupo começou a pensar em um currículo de EF escolar para o IFCE”.

Ressaltamos também a resistência ao modelo de ensino por modalidades no IFMT. A professora P9 afirma que esse formato excluía as meninas das aulas de EF, pois, ao chegarem para matrícula, já haviam encerrado as vagas para as modalidades coletivas, restando somente algumas modalidades individuais, como ginástica e natação, não pretendidas pelos meninos. A educadora enfatiza:

*Eu acho que se eu não estivesse na coordenação do curso de 2019, eu não teria tido força para fazer essas mudanças que a gente começou em 2019. Eu vou te falar que acho que ela se efetiva agora a partir de 2023. Porque a partir do ano que vem todos os cursos vão ser por disciplina de EF normal, não vai ter mais*



modalidade (P9).

Tal contraposição ao modelo tradicional se verificou fundamental para superar as estruturas excludentes em alguns currículos escolares, sendo o(a) professor(a) agente político que pode transformar essas realidades. Esse posicionamento crítico das educadoras reforça a legitimação de componente curricular que visa ampliar a leitura de mundo dos(das) estudantes, desvelando as desigualdades de gênero, raça, condições socioeconômicas e inclusão nas práticas corporais, buscando constituir uma sociedade justa, plural e equitativa (Maldonado, Farias e Nogueira, 2021).

Destacamos esse posicionamento político-pedagógico presente na fala de P1 do IFCE

*Sou um professor que tenho amor crítico pelo EM, e por ter um amor crítico, tento combater com veemência todas as desigualdades e seus marcadores sociais, principalmente no atual momento que precisamos nos afirmar politicamente em prol da justiça social, que tenta de forma avassaladora atacar as instituições de ensino e as nossas liberdades de ensinar (P1).*

Ao se posicionar criticamente contra as desigualdades sociais, econômicas, culturais, políticas, com o surgimento de tentativas de diminuição ou mesmo retirada nas aulas do componente, esses(as) docentes podem estar preparados para se contrapor a essas ações. Ademais, o professor destaca que seu posicionamento pela efetivação de uma EF crítica e diversificada sempre o acompanhou desde a formação inicial.

Coelho, Maldonado e Bossle (2021) enfatizam que o(a) professor(a) precisa ser intelectual transformador(a) de sua prática, buscando a transformação social e promovendo resistência ao sistema econômico imposto no cotidiano, compreendendo que o trabalho coletivo possibilita reparar as injustiças sociais e promover sociedade que valorize a democracia.

Por muitos anos, a EF escolar justificava-se por princípios médicos, higienistas e esportivistas (BRACHT, 1999; SOARES, 2012). Atualmente, perspectiva amparada nesses conceitos não se sustenta, nem produz visibilidade a esse componente curricular na escola. Assim, os(as) professores(as) precisam ter posicionamento crítico e político sobre a função deles(as) no contexto escolar, para não ser considerados(as) técnicos(as), mas sim docentes que problematizam conhecimentos da cultura corporal, como observado no relato de P3 do IFSP:

*Eu busco me construir naquele local. Hoje em dia acho que a coisa está mais tranquila. Mas você chega na escola nova, teve vários momentos que eu fiz*

## ***A inclusão como um ato político no Ensino Médio: resistências na Educação Física escolar dos Institutos Federais***

*questão de desde o início de me colocar, não deixar rolar solto o estereótipo sobre a área, o que é o trabalho da EF. Todas essas coisas que estou falando para você nessa entrevista eu já falei para eles muitas vezes e em muitas ocasiões que eu via uma certa expectativa sobre mim de reproduzir um senso comum. É uma relação construída com muito diálogo, sempre buscando desmistificar certas coisas, que para mim me garante um lugar de respeito. Porque esses lugares que as pessoas colocam o professor de EF, se você corresponder sempre a essas expectativas, você vai às vezes, está atendendo a demandas que o pessoal considera importante, mas que vão deixando você naquele lugar subalterno. De um professor que não trabalha com conhecimento, trabalha com atividades. Quando vão chegando outras questões que são as questões realmente valorizadas no ambiente escolar você vai ficando para trás (P3).*

Como mencionado pelo educador, as experiências dos(das) gestores(as) e demais professores(as) com a EF escolar seguem perspectiva esportiva com viés unicamente prático e excludente. Motivos esses que, por muitos anos, permitiram que o(a) docente desse componente curricular tivesse a identidade de um(a) recriador(a) ou/e treinador(a) nos espaços escolares (Vieira, 2020).

Adotando posicionamento crítico e participativo nas decisões políticas naquele território, o(a) professor(a) angaria respeito e valorização nas decisões que podem impactar a legitimação da área e a estruturação de ações inclusivas (Januario; Gariglio, 2022).

Portanto, a resistência deve também partir de suas práticas político-pedagógicas, desconstruindo junto aos(as) estudantes a compreensão de componente curricular que valoriza as aptidões físicas individuais e a construção de corpos heteronormativos. Essa mudança na mentalidade dos(das) jovens é primordial ao entendimento de um momento histórico que excluiu todas as pessoas que não alcançavam os padrões sociais exigidos para a realização das práticas corporais. Sobre essa problemática, destacamos o relato de P2 do IFMT:

*No 1º ano eu faço uma prática com eles para entenderem esse caminho da EF no Brasil. De como a nossa EF sempre foi excludente, ela sempre foi para uns e não para outros, primeiro para os homens brancos, Cis, trago a imagem do higienismo, o contexto do higienismo para exemplificar. Trago o militarismo para eles e falo da inclusão das mulheres dentro da EF, mas vou falando até chegar na ideia de cultura corporal de movimento. Esse começo é a porta de entrada para eles fazerem a reflexão de que não era para todo mundo e precisa ser para todo mundo (P2).*

Reafirmar que a escola precisa ser local inclusivo para todas as pessoas é criar ambiente democrático em que todos(as) possam se sentir acolhidos(as) e apropriar-se dos

sentidos e significados que envolvem as práticas corporais. Por vivências, esses(as) estudantes podem compreender os conhecimentos culturais, sociais, étnicos e econômicos associados aos diferentes povos e comunidades em que estão inseridos(as), criando espaço em que todo mundo possui vez, voz e direito. Observamos esses registros na fala de P7 do IFMG:

*Eu recebo estudantes que vêm de diferentes municípios, diferentes realidades, diferentes experiências anteriores com a EF. E a ideia é desconstruir alguns estereótipos, algumas visões preconceituosas e deturpadas sobre a EF. A gente trabalha muito na desconstrução para que ao longo desses três anos eles possam construir os conhecimentos sobre a EF a partir das nossas propostas, de nossas propostas pedagógicas (P7).*

*Para minha primeira quebra de preconceito, primeira desconstrução, acontece quando os alunos percebem que nas aulas de EF do IFMG não há uma exigência ou uma hipervalorização das habilidades físicas. Desde o começo, desde o princípio, a gente deixa muito claro que a nossa preocupação não é com a técnica, não é com a performance. As nossas aulas são teórico-práticas, no primeiro ano em especial a gente começa com temas que não são tão comuns, a maioria do que, das coisas que eles estudam no primeiro ano são novidades (P7).*

Assim, pode-se fazer os(as) estudantes se sentirem à vontade e seguros para participar das aulas, sabendo que eles e elas não serão discriminados em relação às suas habilidades físicas ou diferenças corporais. Cria-se ambiente de segurança e confiança em que eles(elas) passam a entender que não serão julgados(as) pelas suas habilidades, técnicas ou pelo gesto motor, expondo que não é pré-requisito ter experiência em alguma prática corporal para poder realizá-la, como podemos observar no relato de P8 do IFMS:

*O estudante é autor dos próprios movimentos, ele vai fazer o movimento do jeito que ele consegue, o importante é que ele atinja o objetivo. Eu sempre trago essa perspectiva para as aulas para tentar minimizar aquela ideia de que não vou jogar porque não sei. É um pouco difícil e leva um tempo, mas acredito que é esse o caminho que eu tenho trilhado para incluir todo mundo (P8).*

Amparadas nas teorias críticas do currículo (Silva, 1999), essas educadoras tornam as aulas de EF espaço de acolhimento das diferenças e de respeito aos diferentes saberes em prol de educação inclusiva que promova o diálogo entre todos os(as) estudantes (Freire, 2021), trabalhando com os conhecimentos históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais que envolvem as práticas corporais (Maldonado, 2020). Assim, as educadoras minimizam as exclusões de sala de aula com reformulações estruturais, sociais, políticas, metodológicas e atitudinais (Fonseca; Silva; Santos, 2023), visando promover justiça social e

## ***A inclusão como um ato político no Ensino Médio: resistências na Educação Física escolar dos Institutos Federais***

curricular nesse espaço (Santomé, 2013).

Consideramos a inclusão ato político, contestando a manutenção de sistema opressor pró-minorias dominantes, conscientizando as massas oprimidas. Nesse sistema cabe ao(a) educador(a) optar por ação problematizadora de intervenção contra aqueles(as) socialmente excluídos(as) ou consolidar e propagar a submersão desse público (Freire, 2021). Conforme o(a) professor(a) seleciona os meios e as formas para lidar com o conhecimento na escola, seu posicionamento pode favorecer a construção de identidades críticas que valorizem a diversidade cultural ou negligenciar os saberes dos diferentes grupos sociais representados.

A inclusão que defendemos parte do posicionamento político dos(das) educadores(as) em seu campo de atuação. Esse debate se alicerça pelo posicionamento crítico de docentes que confrontam a tentativa de inserção de políticas neoliberais nessa rede educativa (tornando meritocrático e excludente o ensino nos IFs). Assim, eles e elas lutam pela não hierarquização dos componentes curriculares, que reduzem a importância de alguns conhecimentos no ambiente escolar, e transformam as estruturas curriculares, visando a um projeto educacional inclusivo para todos(as) os(as) estudantes nas aulas de EF escolar.

Leitura crítica da realidade nos possibilita pensar prática político-pedagógica baseada em princípios democráticos, que enfrente as desigualdades e resista aos moldes do sistema neoliberal que adentra fortemente nas instituições de ensino. Percebemos que apesar de os IFs seguirem lógica contrária ao que a escola comum requer dos(das) seus(suas) estudantes, algumas políticas educativas neoliberais adentraram esses espaços. Nesse contexto, os(as) docentes defendem que eles e elas precisam se tornar intelectuais transformadores das suas práticas, atentos(as) aos confrontos e resistindo para manter a EF como componente curricular importante à formação juvenil.

Velloso, Maldonado e Freire (2022) afirmam que as políticas educativas neoliberais chegam tão rapidamente que os(as) educadores(as) com identidades progressistas possuem dificuldades em iniciar a resistência. Silva, Silva e Molina Neto (2016) mencionam que, por ser a EF ser reconhecida, em muitos contextos educacionais, pela sua forma esportivista e tecnicista, é necessário o(a) professor(a) desse componente se afirmar politicamente e elucidar os conhecimentos e a ação pedagógica que desenvolverá no IF.

Evidenciamos posicionamento político dos(das) professores(as) no desenvolvimento de práticas político-pedagógicas críticas nos IFs de todas as regiões brasileiras, confrontando

os saberes hegemônicos historicamente produzidos e reproduzidos na e pela sociedade. Esse enfrentamento aproxima os(as) docentes de propostas que consideram a justiça curricular no espaço escolar (Santomé, 2013) problematizando os marcadores socioculturais de desigualdade socioeconômica, meio ambiente e inclusão que envolvem as práticas corporais na EF escolar.

Destacamos, dentre essas experiências, o trabalho desenvolvido por P2 no IFMT tematizando a história da EF, apresentando suas diferentes funções em cada período e promovendo reflexões sobre quem tinha acesso às práticas corporais. Ademais, os(as) estudantes entrevistaram idosos para descobrirem suas diferentes experiências com essa área de conhecimento, transformando esse diálogo em história em quadrinhos e apresentando-a em festival sobre “o passado, presente e futuro da EF”. A professora relata que “tem depoimento de histórias de avós que não podiam fazer porque os pais não deixavam, de avós, tias e tios negros que o professor deixava de fora”.

Compreendem-se as diferentes funções da EF em sua inserção na sociedade e nos espaços escolares, expondo período de exclusão de pessoas sem “habilidades necessárias” ou capacidades físicas “adequadas” para realizar os gestos nas práticas corporais. Exibem-se as relações de poder e as identidades que se pretendia formar por trás da escolha desses conteúdos, além de apresentar a valorização exacerbada de alguns conhecimentos em detrimento de outros. Santomé (2013) afirma que as instituições de ensino devem ter atenção ao selecionar os conhecimentos a serem trabalhados, devendo contemplar aspectos como a inclusão, o reconhecimento, a representação, as contribuições e as valorizações das diferentes pessoas, povos e grupos sociais.

Revelamos também trabalho potente desenvolvido pela professora P4 no IFCE com a tematização do polo aquático. A educadora destaca que muitos dos(das) estudantes não têm acesso a espaços de lazer, incluindo piscina, e que a pedido deles(as) possibilitou essa vivência, problematizando as possibilidades de acesso da população com menor poder econômico para a vivência dessa prática corporal.

Essas discussões tornam-se fundamentais para formar juventudes com olhar crítico buscando minimizar as exclusões e desigualdades sociais. Percebemos que outros(as) docentes dos IFs têm publicado experiências e debatido junto aos(às) estudantes as desigualdades (Maldonado, Nogueira e Farias, 2019).

## ***A inclusão como um ato político no Ensino Médio: resistências na Educação Física escolar dos Institutos Federais***

A relação ambiente-EF também foi problematizada por meio das trilhas virtuais, urbanas e interpretativas, que são trilhas com intencionalidade pedagógica, tema trabalhado por P6 no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFsul). A educadora tem discutido questões como desigualdade social, acessibilidade e inclusão a partir desse trabalho integrado.

Montiel e Andrade (2022) destacam que a utilização das trilhas como estratégias pedagógicas favorece a imersão no meio natural, ampliando os fenômenos das questões socioambientais, e constituem possibilidades de enfrentamento das desigualdades socioeconômicas. Considerando que para além de trabalhar os gestos das práticas corporais, esse tipo de projeto proporciona o desenvolvimento da percepção estética e da corporeidade, debatendo educação estético-ambiental.

Sob essa conjuntura, destacamos também o trabalho desenvolvido por P7 no IFMG, em que por meio das práticas corporais de aventura aprofunda os debates sobre as questões ambientais. Bem como, discute o respeito à saúde corporal, a formação para o mundo do trabalho, o lazer e a não submissão às vontades do mercado, utilizando-se dos jogos, brinquedos e brincadeiras.

Salientamos que os jogos e brincadeiras já vêm sendo tematizados sob um olhar politizado na EF escolar. Essa realidade fica evidenciada no trabalho desenvolvido com esse tema em turma de 3º ano do curso de Eletrônica integrado ao EM do IFSP - Campus São Paulo, durante o ano de 2019, em que os jogos e brincadeiras de todo o mundo, tabuleiro, cooperativos e de cartas foram vivenciados e problematizados (Maldonado e Nogueira, 2020).

Quanto à discussão específica sobre as políticas de acessibilidade para as pessoas com deficiência, a professora P4, do IFCE, relata a experiência de levar seus(suas) estudantes para conhecerem o estádio Presidente Vargas em Fortaleza. O objetivo da proposta foi cartografar os equipamentos de políticas públicas de esporte e lazer na cidade.

Sobre essa relação com a inclusão, o professor P5 do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) destaca o trabalho com *podcasts*, desenvolvido, inicialmente, para possibilitar a inclusão de uma educanda com deficiência visual nas aulas de EF durante a pandemia da Covid-19. O educador menciona que buscava trazer elementos de sanidade, tranquilidade e conhecimentos que chegassem de formas diferentes. Atualmente é projeto de extensão consolidado, sendo ampliado para proporcionar discussões sobre os diferentes componentes

curriculares por meio das plataformas digitais, chegando a todas as pessoas.

Maldonado, Farias e Nogueira (2021) destacam a necessidade de pensar a prática político-pedagógica inspirada em uma sociedade democrática e a legitimação de um componente que valorize as produções históricas e construa um olhar crítico dos(das) educando(as) a ponto de inquietar-se contra as desigualdades e opressões sociais de gênero, raça, deficiência e classe social, para construir realidade mais justa, inclusiva, equitativa e plural.

Desse modo, percebemos que esses(as) educadores(as) transgridem seus currículos e debatem questões emergentes envolvendo as práticas corporais e os marcadores socioculturais. Assim, ao serem intelectuais de suas práticas, esses(as) professores(as) validam o sentido da EF no contexto escolar e consolidam a mudança de viés utilitarista e instrumental para formação de estudantes sob perspectiva crítica e emancipada, como defendem Maldonado (2022) e Bagnara e Boscatto (2022b).

### **5. Considerações Finais**

Foram observadas políticas educativas neoliberais que buscam retirar as aulas de alguns componentes curriculares no EM que não serão úteis ao capitalismo. Todavia, percebemos existirem professores(as) que resistem à tentativa de cortes ou mesmo ao retorno de ensino instrumental nas aulas de EF nos cursos de educação profissional de nível médio oferecidos pelos IFs.

Compreendemos que a luta precisa ser coletiva entre a própria área e subverter possível dominação de uma formação profissional acrítica nesses espaços educativos, pois as bases epistemológicas de criação dos IFs foram pautadas pelos ideais da formação politécnica e omnilateral. Essas discussões nos mostram que precisamos estar atentos, pois até instituições consolidadas pela sua autonomia acabam induzidas a mudanças quando uma política conservadora é implementada e consolidada no território brasileiro.

Evidenciamos que mesmo com as pressões sobre redução de carga horária e pelo direcionamento da EF para o enfoque esportivo nos IFs, docentes do componente desenvolvem trabalho consistente que transcendem a ideia do reproduzimento e proporcionam a discussão de temas em busca de justiça curricular e social. Esse processo inclusivo perpassa debates envolvendo participação efetiva das juventudes na sociedade e problematizando os marcadores sociais que atravessam as práticas corporais, como o

## ***A inclusão como um ato político no Ensino Médio: resistências na Educação Física escolar dos Institutos Federais***

combate às desigualdades socioeconômicas, respeito ao meio ambiente e melhoria de acessibilidade dos espaços públicos, visando transformar a realidade existente e construir estrutura societária mais justa.

### **Referências**

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Currículo, território em disputa**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BAGNARA, Ivan Carlos; BOSCATTO, Juliano Daniel. A Educação Física no Ensino Médio Integrado a partir dos marcos legais: da negação às possibilidades. **Educação em Revista**, v. 38, e26736, 2022b. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/hhqPjd5Ky8gzxgzxfg9k9Gg/>>. Acesso em: 16 set. 2023.

BAGNARA, Ivan Carlos; BOSCATTO, Juliano Daniel. **Educação Física no Ensino Médio Integrado**: especificidade, currículo e ensino (uma proposição fundamentada na multidimensionalidade dos conhecimentos). Ijuí: Ed. Unijuí, 2022a.

BELTRÃO, José Arlen; TEIXEIRA, David Romão; TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. A educação física no novo ensino médio: implicações e tendências promovidas pela reforma e pela BNCC. **Práxis Educacional**, v. 16, n. 43, p. 656-680, 2020. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/7024>>. Acesso em: 16 set. 2023.

BRACHT, Valter. A Constituição das Teorias Pedagógicas em Educação Física. **Caderno Cedes**, Campinas, ano XIX, n. 58, p. 69-88, 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/3NLKtc3KPprBBcvgLQbHv9s/?format=html>>. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706QP0630A>>. Acesso em: 16 set. 2023.

COELHO, Márcio Cardoso; MALDONADO, Daniel Teixeira; BOSSLE, Fabiano. Professor de Educação Física (escolar) intelectual transformador: resistências ao modelo gerencialista e neoconservador da educação de mercado. **Conexões**, v. 19, e021027, p. 1-23, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8660399>>. Acesso em: 25 set. 2023.

CORRÊA, Shirlei de Souza; THIESEN, Juarez da Silva; HENTZ, Isabel Cristina. Contribuições para o estado da arte: o que apontam as pesquisas sobre a reforma do Ensino Médio? **e-Curriculum**, v. 20, n. 4, p. 1574-1602, 2022. Disponível em:



<[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-38762022000401574&script=sci\\_arttext](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-38762022000401574&script=sci_arttext)>.

Acesso em: 25 set. 2023.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, Michele Pereira de Souza; SILVA, Samara; SANTOS, Maria Luíza Mendes. **Possibilidades de diversificação de conteúdos na perspectiva inclusiva: relatos de experiência na Educação Física escolar**. Rio de Janeiro: Autografia, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREITAS, Izis Pollyanna Teixeira Dias de; AGUIAR, Edinalva Padre. Construindo caminhos metodológicos: a abordagem qualitativa. **Cenas Educacionais**, v. 4, p. e11325-e11325, 2021. Disponível em:

<<https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/11325>>. Acesso em: 25 set. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. **Educação & Sociedade**, v. 32, p. 619-638, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/zmF7QPkJ6yJB9wYpyHysNYD/?lang>>. Acesso em: 25 set. 2023.

GARIGLIO, José Ângelo; ALMEIDA JUNIOR, Admir Soares; OLIVEIRA, Cláudio Márcio. O “Novo” Ensino Médio: implicações ao processo de legitimação da Educação Física. **Motrivivência**, v. 29, n. 52, p. 53-70, 2017. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29n52p53>>. Acesso em: 25 set. 2023.

JANUARIO, Tábata Aline; GARIGLIO, José Ângelo. Proposta de planejamento de ensino para a Educação Física no ensino médio: uma construção em diálogo com jovens de uma escola da rede estadual de educação de Minas Gerais. **Motrivivência**, v. 34, n. 65, p. 01-24, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/87191>>. Acesso em: 25 set. 2023.

JUCÁ, Luan Gonçalves; MALDONADO, Daniel Teixeira; BARRETO, Samara Moura. Na corda bamba de sombrinha: a Educação Física no fio da história na base nacional comum curricular do ensino médio. **Motrivivência**, v. 35, n. 66, p. 1-17, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/93798>>. Acesso em: 20 out. 2023.

MALDONADO, Daniel Teixeira e colaboradores. Abordagem progressista na educação física escolar. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**, v. 3, n. 7, p. 104-118, 2022. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/358982018\\_ABORDAGEM\\_PROGRESSISTA\\_NA\\_EDUCACAO\\_FISICA\\_ESCOLAR/link/6220c1d119d1945aced2df70/download](https://www.researchgate.net/publication/358982018_ABORDAGEM_PROGRESSISTA_NA_EDUCACAO_FISICA_ESCOLAR/link/6220c1d119d1945aced2df70/download)>. Acesso em: 25 set. 2023.

## ***A inclusão como um ato político no Ensino Médio: resistências na Educação Física escolar dos Institutos Federais***

MALDONADO, Daniel Teixeira, NOGUEIRA, Valdilene Aline, FARIAS, Uira Siqueira. Educação Física na escola pública: professores e professoras como intelectuais transformadores de sua prática. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**, v. 2, p. 22-36, 2019. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/337815623\\_Educacao\\_Fisica\\_na\\_escola\\_publica\\_professores\\_e\\_professoras\\_como\\_intelectuais\\_da\\_sua\\_pratica\\_pedagogica](https://www.researchgate.net/publication/337815623_Educacao_Fisica_na_escola_publica_professores_e_professoras_como_intelectuais_da_sua_pratica_pedagogica)>. Acesso em: 25 set. 2023.

MALDONADO, Daniel Teixeira. Educação Física escolar na educação profissional de nível médio: evidenciando o trabalho como princípio educativo. **Cadernos de Formação RBCE**, v. 13, n. 2, 2023. Disponível em: <<http://rbce.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/view/2604>>. Acesso em: 20 out. 2023.

MALDONADO, Daniel Teixeira. Educação Física no Ensino Médio e a base nacional comum curricular: contextos, implicações e resistências. **Revista Eletrônica Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, v. 16, p. 70-84, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/1105>>. Acesso em: 20 out. 2023.

MALDONADO, Daniel Teixeira. **Professores e Professoras progressistas do mundo uni-vos!**. Curitiba: CRV, 2020.

MALDONADO, Daniel Teixeira; FARIAS, Uirá de Siqueira; NOGUEIRA, Valdilene Aline. Lendo o mundo nas aulas de educação física no ensino médio: por uma ecologia de saberes contra-hegemônicos sobre as práticas corporais e o corpo. **Caderno de educação física e esporte**, v. 19, n. 3, p. 183-190, 2021. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8766547>>. Acesso em: 25 set. 2023.

MALDONADO, Daniel Teixeira; NOGUEIRA, Valdilene Aline. Educação física no ensino médio: experiências educativas inspiradas pelos ensinamentos freireanos. **Caderno de educação física e esporte**, v. 18, n. 1, p. 49-54, 2020. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7956736>>. Acesso em: 25 set. 2023.

MALDONADO, Daniel Teixeira; VELLOSO, Livia Roberta da Silva; FREIRE, Elisabete dos Santos. Reforma do Ensino Médio, Base Nacional Comum Curricular e Educação Física nos Institutos Federais: contradições societárias e politécnica. **Revista Didática Sistemica**, v. 24, n. 2, p. 81-93, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/redsis/article/view/14397>>. Acesso em: 25 set. 2023.

MARTINS, Raphael Moreira; FARIAS, Alison Nascimento, ABREU, Samara Moura Barreto. Análise de livros didáticos de Educação Física do PNLD do Ensino Médio integrado: implementação de matriz de referência. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**, v. 1, n. 8, p. 56-72, 2022. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/361616181\\_ANALISE\\_DE\\_LIVROS\\_DIDATICOS\\_DE\\_EDUCACAO\\_FISICA\\_DO\\_PNLD\\_NO\\_ENSINO\\_MEDIO\\_INTEGRADO\\_IMPLEMENTACAO\\_DE\\_MATRIZ\\_DE\\_REFERENCIA](https://www.researchgate.net/publication/361616181_ANALISE_DE_LIVROS_DIDATICOS_DE_EDUCACAO_FISICA_DO_PNLD_NO_ENSINO_MEDIO_INTEGRADO_IMPLEMENTACAO_DE_MATRIZ_DE_REFERENCIA)>. Acesso em: 25 set. 2023.

MONTIEL, Fabiana Clemente, ANDRADE, Daniele Muller. Trilhas virtuais no Ensino Médio Integrado: uma experiência pedagógica em Educação Física Escolar. In: MALDONADO, Daniel Teixeira, SILVA, Maria Eleni Henrique da, MARTINS, Rafhaell Moreira Martins, editores. **Educação Física Escolar e Justiça Social: experiências curriculares na Educação Básica**. Curitiba: editora CRV, 2022.

MOURA, Dante Henrique; BENACHIO, Elizeu Costacurta. Reforma do Ensino Médio: subordinação da formação da classe trabalhadora ao mercado de trabalho periférico. **Trabalho Necessário**, v. 19, n. 39, p. 163-187, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47479>>. Acesso em: 25 set. 2023.

SÁ, Katia Regina. **Currículo do Ensino Médio integrado do IFMG: a partitura, a polifonia e os solos da Educação Física**. 2019. 257 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVA, Marlon André da; SILVA, Lisandra Oliveira; MOLINA NETO, Vicente. Possibilidades da educação física no ensino médio técnico. **Movimento**, v. 22, n. 1, p. 325-336, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1153/115344155024.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do Currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 5ª edição, 2012.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Currículo escolar e justiça social: o cavalo de troia da educação**. Porto Alegre: Penso, 2013.

VELLOSO, Livia Roberta da Silva; MALDONADO, Daniel Teixeira; FREIRE, Elisabete dos Santos. Educação física no ensino médio integrado: movimentos de resistência em tempos de currículos padronizados e políticas neoliberais. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**, v. 1, p. 8-26, 2022. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/363216166\\_EDUCACAO\\_FISICA\\_NO\\_ENSINO\\_MEDIO\\_INTEGRADO\\_MOVIMENTOS\\_DE\\_RESISTENCIA\\_EM\\_TEMPOS\\_DE\\_CURRICULOS\\_PADRONIZADOS\\_E\\_POLITICAS\\_NEOLIBERAIS](https://www.researchgate.net/publication/363216166_EDUCACAO_FISICA_NO_ENSINO_MEDIO_INTEGRADO_MOVIMENTOS_DE_RESISTENCIA_EM_TEMPOS_DE_CURRICULOS_PADRONIZADOS_E_POLITICAS_NEOLIBERAIS)>. Acesso em: 25 set. 2023.

VIEIRA, Luiz Renato Assunção. **A constituição da identidade docente em Educação Física na Base Nacional Comum Curricular: limites e possibilidades à luz da pedagogia freireana**. 2020, 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

## Sobre os autores

### Luan Gonçalves Jucá

Mestre em Educação Física. Docente efetivo da rede estadual de educação e esportes de Pernambuco. E-mail: [luanjucaedf@gmail.com](mailto:luanjucaedf@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2242-2779>.

***A inclusão como um ato político no Ensino Médio: resistências na Educação Física escolar dos Institutos Federais***

**Daniel Teixeira Maldonado**

Doutor em Educação Física. Docente do Instituto Federal de São Paulo. E-mail: [danielmaldonado@yajoo.com.br](mailto:danielmaldonado@yajoo.com.br) ORCID <https://orcid.org/0000-0002-0420-6490>.

Recebido em: 02/05/2024

Aceito para publicação em: 08/05/2024